

Óleo de soja aumenta mesmo com restrição

CURITIBA — O contingenciamento das exportações do óleo de soja não impedirá a alta do produto no mercado interno, segundo diversos produtores de soja do Paraná. O produtor e técnico da Federação de Agricultura do Paraná (Faep), Eugênio Stefanello, ex-secretário da Agricultura, acha que a medida não terá sentido nenhum. "As exportações de óleo de soja desse ano atingem 40% do volume exportado no ano passado, nesta mesma época. Há dificuldades para exportar, devido ao subsídio que o governo dos Estados Unidos está dando aos exportadores norte-americanos. Então, não há motivo para contingenciar."

Segundo o presidente da Cooperativa Agropecuária de Cascavel (Coopavel), Baltazar Barreiros, a medida só seria eficaz se fosse ampliada às exportações em grão, mas isso atingiria diretamente o preço ao produtor. "No ano passado nós compramos soja do produtor ao preço mínimo. E o governo nada fez para capitalizar ou ajudar o produto. Agora, que o clima dos Estados Unidos está favorecendo o produtor brasileiro, o governo vem intervir para baixar os preços. Será um verdadeiro desastre", afirma.

Deputado quer suprimir a anistia tributária

BRASÍLIA — A anistia fiscal votada no último dia do primeiro turno da Constituinte, que beneficia parlamentares com débitos na Receita Federal, poderá ser suprimida no segundo turno de votação. Essa, pelo menos, é a intenção do deputado Maurílio Ferreira Lima, que apresentou emenda eliminando o artigo 54 das Disposições Transitórias, o qual estabelece a anistia para multas, juros e encargos de dívidas tributárias anteriores a janeiro de 1988.

"A anistia consagra um país de maus pagadores e termina transformando o bom pagador em otário", comenta Ferreira Lima. Ele resolveu apresentar a emenda supressiva depois de ler no JORNAL DO BRASIL a notícia de que a anistia, aprovada na Constituinte beneficiaria parlamentares, entres eles o autor do artigo 54, senador João Castelo, adversário político do presidente Sarney no Maranhão. "Essa emenda passou quase despercebida. Seria justo que fosse mais discutida e decidida em legislação complementar", argumenta Ferreira Lima.

A lista revelada ao JB inclui entre os devedores de imposto os senadores Carlos Alberto de Carli (PTB-AM), Olavo Pires (PTB-RO), Severo Gomes

(PMDB-SP) e os deputados Max Rosenmann (PMDB-PR) e Ézio Ferreira (PFL-AM). Severo Gomes, Pires e Ferreira não participaram da votação em que foi aprovada a anistia, a qual, segundo cálculos da Secretaria da Receita Federal, pode custar Cz\$ 520 bilhões à União. Ferreira Lima pretende obter amanhã, na Receita, o custo exato da anistia fiscal.

Ferreira Lima votou contra a anistia fiscal por considerar que ela não é matéria constitucional. "Se paira a suspeição de que os contribuintes legislaram em causa própria, é necessário que o segundo turno dê oportunidade para discutir o assunto".

Para evitar que sua emenda supressiva seja incluída em algum bloco de emendas e rejeitada, Ferreira Lima pedirá destaque para votação em separado. Ele defende a supressão da emenda do senador João Castelo para não confirmar a visão que, segundo o deputado, a opinião pública tem de "que as lideranças políticas só pensam em tirar proveito da posição que desfrutam". Ele manteve, da emenda original, apenas o parágrafo em que os governos ficam obrigados a submeter qualquer futura anistia fiscal à aprovação do Congresso.